

# **AS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO (2016-2024): quem são os formadores de professores?**

Tassiana Beatriz de Oliveira Santos. Mestranda PPGE/UFRJ. Bolsista PROEX/CAPES.

tassiana\_oliveira@live.com

O resumo expandido aqui apresentado engloba um recorte da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação ao qual a autora está vinculada. O objetivo do trabalho é estabelecer relação entre as empresas, entidades e instituições sem fins lucrativos que participam de contratos ou acordos de cooperação com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ) com a finalidade de realizar formação continuada de professores da rede no período de 2016 a 2024.

O marco temporal da pesquisa abarca o período dos últimos nove anos, entre 2016 e 2024, por situar-se no último recorte da periodização de Leher (2023) (2016-atual), marcado pela crise do FIES e intensificação da atuação empresarial na Educação Básica. Segundo o Censo Escolar 2023 (INEP, 2023), cerca de 80% das matrículas na Educação Básica estão nas escolas públicas, o que torna este um nicho de mercado relevante ao empresariado educacional e é uma das justificativas de sua investida na Educação Básica pública.

A rede municipal de educação do Rio de Janeiro possui expressão nacional pela história da cidade e sua influência, com atuação de quadros importantes da burguesia na SME-RJ como Claudia Costin (Evangelista; Leher, 2012) e Renan Ferreirinha (Santos, 2024), o que seria suficiente para o estudo do caso dessa rede. Porém, além disso, há a relevância da escolha da empiria, que analisa os contratos e respectivos planos de trabalho ligados a estes, já que essa opção de estudo permite aferir o modo pelo qual o Capital se organiza e se articula para adentrar as escolas públicas municipais de maneira direta e difunde um *ethos* empresarial na formação dos trabalhadores da educação e dos trabalhadores em geral.

Para essa discussão, o referencial teórico-metodológico está calcado no materialismo histórico-dialético, ao qual especificamente a categoria gramsciana de Estado Integral e conceitos correlatos contribuem para a análise da construção de políticas públicas pela SME-RJ. Para Gramsci (1999, 2001), o Estado não é apenas veículo das

políticas da classe dominante, pois apesar da classe dominante exercer sua hegemonia pelo controle do Estado em sua forma estrita, há disputas na sociedade civil. Esta se organiza por meio de aparelhos privados de hegemonia (APH), como sindicatos, movimentos sociais, fundações e institutos. Pela relação dialética entre o aparelho governamental e a sociedade civil, o Estado é uma unidade e compreende-se que a investigação da sociedade civil contribui para o entendimento do Estado em sua integralidade. A partir da categoria de Estado Integral em Gramsci e do papel dos APH, é relevante a opção de, ao pesquisar políticas públicas, investigar frações da sociedade civil - como é o caso das empresas, associações e institutos vinculados à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro por meio dos contratos na SME-RJ levantados nesta pesquisa - já que dessa forma reconhece-se o Estado.

A base empírica que sustenta a pesquisa são contratos e outros termos disponíveis por meio da Lei de Acesso à Informação inscrita no nº 12.527/2011 e Decreto Municipal nº 44.745/2018, que preveem a disponibilização de informações em meio de divulgação próprio. No caso da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, esse meio é o site Contas Rio (<https://www.rio.rj.gov.br/web/contasrio>). Seguindo esse caminho, o universo de contratos localizados do período de 2016 a 2024 foi de 1963, dos quais 240 foram selecionados pelo objeto dos termos seguidos da leitura do inteiro teor e respectivos planos de trabalho. Os termos escolhidos assim o foram por contemplar a formação de professores e/ou gestores da rede municipal, enquanto ficaram de fora contratos sobre alimentação escolar, estágios, eventos e obras, por exemplo.

A fim de estruturar o recorte dessa pesquisa, concentrou-se a análise na identificação das instituições parceiras que objetivam formação e nas relações estabelecidas entre as mesmas. Dos 240 termos que versam sobre o tema selecionado, 13 foram estabelecidos com pessoas físicas e, os demais, com 55 instituições. Resultados preliminares apontam que 20 delas possuem uma ou mais conexões entre si, como pode-se observar na figura abaixo, em que as entidades parceiras da SME-RJ encontram-se em azul.



pela classe burguesa, o Estado estrito é essencial para a atividade dessas organizações da sociedade civil na execução de seus interesses. O papel desempenhado pelos APH na educação pública leva à terceirização da gestão e da formação dos professores que, por meio de convênios e parcerias, unem forças aos governos municipais e estaduais de modo que acessam diretamente as escolas públicas, como destacou Virgínia Fontes em:

Em todos os casos, a atuação da sociedade civil empresarial apresenta-se como apartidária e apolítica e exclusivamente voltada para a “melhoria da educação”, forma de não apenas promover consensos, como de capturar as inquietações populares.

**Nos interessa evidenciar a quantidade e conexão entre entidades empresariais atuando diretamente na formulação e execução da educação pública**, assim como sua interligação no estabelecimento de programas completos – e dos processos de gestão - para o processo educativo nas escolas públicas. Passam a deter o conhecimento do terreno, por terem acesso direto às escolas nos municípios (Fontes, 2017, p. 17, grifos nossos)

Desse modo, com acesso às redes de educação e aos dirigentes estatais - vide interação hegemônica dos APH empresariais em associações como Consed e Undime -, é possível mapear as políticas públicas educacionais. Sobretudo, neste caso específico, ao evidenciar a quantidade e conexão entre as entidades empresariais na educação pública, pode-se ter um exemplo do movimento do Estado pelo modo como operam as parcerias na SME-RJ.

A análise do material apresentou, inicialmente, 20 instituições parceiras responsáveis por 173 contratos dos 240 que versam sobre formação de professores da rede pública educacional, ou seja, mais de 70% dos termos jurídicos. Mesmo que o panorama das instituições e suas conexões esteja em desenvolvimento, bem como as análises acerca dos conteúdos dos contratos estabelecidos, conclui-se provisoriamente que a formação docente dos professores da rede está sendo produzida pelos principais APH formuladores de políticas educacionais. Isto porque as empresas e organizações sociais responsáveis pela maioria das formações externas que os professores da rede receberam no período de 2016 a 2024 estão ligadas direta ou indiretamente ao Todos pela Educação e/ou à Fundação Lemann.

EVANGELISTA, O. LEHER, R. Todos Pela Educação E O Episódio Costin No Mec: A Pedagogia Do Capital Em Ação Na Política Educacional Brasileira. TrabalhoNecessário, ano 10, nº 15, 2012.

FONTES, V. Hegemonismos e Política - Que Democracia? *In*: MATTOS, Marcelo Badaró – Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, p. 207-236.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 1. Edição Carlos Nelson Coutinho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Volume 2. Edição Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INEP. Censo Escolar 2023 - Divulgação dos Resultados. Brasília, 22 fev. 2023. Disponível em [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2023/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2023/apresentacao_coletiva.pdf) > Acesso em 2 jan. 2024.

LEHER, R. Mercantilização da Educação Básica, sistemas de ensino e plataformas de trabalho como expressões da pedagogia do capital. PARADIGMA, 44(5), 34-60, 2023.

SANTOS, T. B. de O. Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais na Prefeitura do Rio de Janeiro: a relação entre Renan Ferreirinha e Fundação Lemann. *In*: Anais do 4º Colóquio Internacional Antonio Gramsci (IGS-BR). p. 470-479. Maranhão: 2024.